Em setembro de 2019, instigado por lideranças mulçumanas e judias, Papa Francisco lança um chamado mundial por um Pacto Educativo Global para a construção de uma "aldeia da educação". Dois meses depois, entidades brasileiras passam a se articular numa rede nacional para responder aos desafios propostos no lançamento do Pacto Educativo Global:

- Ter coragem de colocar no centro a pessoa.
- Ter coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade.
- Ter coragem de formar pessoas disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade.

Esta publicação, primeira produção coletiva da articulação brasileira, busca pistas para responder uma questão urgente e dramática: "qual projeto e ação educacional o Brasil deve adotar no período pós-Pandemia?". Não se trata de uma questão retórica ou abstrata. Trata-se de pensarmos a acolhida e a construção de espaços que socializem, espaços de escuta de dificuldades e expectativas pessoais embebidas nesta tragédia sanitária e social que nos envolveu em 2020, espaços de encontro – como sugere Papa Francisco –, espaços que deem sentido à vida comunitária e ao cuidado com as pessoas e com o mundo.

Que a leitura desta publicação nos motive à união de esforços para a construção da aldeia da educação.

scholas

PACTO educativo GLOBAL do Brasil



PACTO educativo GLOBAL do Brasil

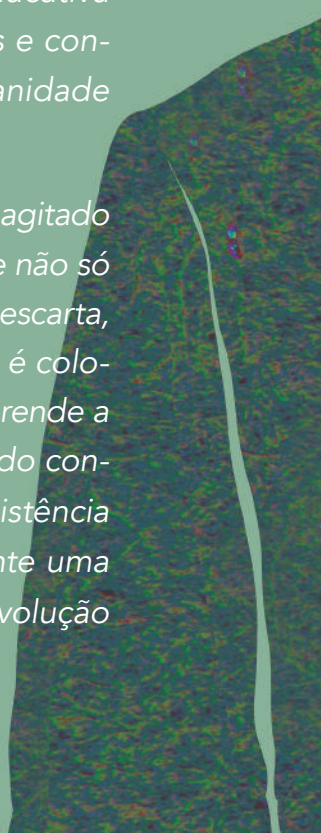
MENSAGEM DO PAPA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019

Caríssimos,

Na carta encíclica Laudato si', convidei a todos para colaborar na salvaguarda da nossa «casa comum», enfrentando juntos os desafios que nos interpelam. Passados alguns anos, visto que toda a mudança precisa duma caminhada educativa para fazer amadurecer uma nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora, renovo o convite para se dialogar sobre o modo como estamos a construir o futuro do planeta e sobre a necessidade de investir os talentos de todos.

Com esta finalidade, desejo promover um encontro mundial no dia 14 de maio de 2020, que terá como tema «Reconstruir o pacto educativo global»: um encontro para reavivar o compromisso em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão. Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna.

O mundo contemporâneo está em transformação contínua, vendo-se agitado por variadas crises. Vivemos uma mudança epocal: uma metamorfose não só cultural, mas também antropológica, que gera novas linguagens e descarta, sem discernimento, os paradigmas recebidos da história. A educação é colocada à prova pela rápida aceleração – a chamada rapidación –, que prende a existência no turbilhão da velocidade tecnológica e digital, mudando continuamente os pontos de referência. Neste contexto, perde consistência a própria identidade e desintegra-se a estrutura psicológica perante uma mudança incessante que «contrasta com a lentidão natural da evolução biológica» (Francisco, Carta enc. Laudato si', 18).





Ora, cada mudança precisa duma caminhada educativa que envolva a todos. Por isso, é necessário construir uma «aldeia da educação», onde, na diversidade, se partilhe o compromisso de gerar uma rede de relações humanas e abertas. Como afirma um provérbio africano, «para educar uma criança, é necessária uma aldeia inteira». Mas, esta aldeia, temos de a construir como condição para educar. Antes de mais nada, o terreno deve ser bonificado das discriminações com uma inoculação de fraternidade, como defendi no Documento que assinei com o Grande Imã de Al-Azhar, em Abu Dhabi, no passado dia 4 de fevereiro.

Numa aldeia assim, é mais fácil encontrar a convergência global para uma educação que saiba fazer-se portadora duma aliança entre todos os componentes da pessoa: entre o estudo e a vida; entre as gerações; entre os professores, os alunos, as famílias e a sociedade civil, com as suas expressões intelectuais, científicas, artísticas, desportivas, políticas, empresariais e solidárias. Uma aliança entre os habitantes da terra e a «casa comum», à qual devemos cuidado e respeito. Uma aliança geradora de paz, justiça e aceitação entre todos os povos da família humana, bem como de diálogo entre as religiões.

Para atingir estes objetivos globais, a caminhada comum da «aldeia da educação» deve dar passos importantes. Primeiro, ter a coragem de colocar no centro a pessoa. Por isso, é preciso assinar um pacto para dar uma alma aos processos educativos formais e informais, que não podem ignorar o facto de que tudo, no mundo, está intimamente conexo e é necessário encontrar – segundo uma sã antropologia – outros modos de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso. Num percurso de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarte.

Outro passo é a coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade. A ação propositiva e confiante abre a educação para uma projetação a longo prazo, que não encalhe na tendência estática das condições. Assim, teremos pessoas abertas, responsáveis, disponíveis a encontrar o tempo para a escuta, o diálogo e a reflexão, e capazes de construir um tecido de relações com as famílias, entre as gerações e com as várias expressões da sociedade civil de modo a constituir um novo humanismo.

Um novo passo é a coragem de formar pessoas disponíveis para se colocarem ao serviço da comunidade. O serviço é um pilar da cultura do encontro: «significa inclinar-se sobre quem é necessitado e estender-lhe a mão, sem cálculos nem receio, com ternura e compreensão, como Jesus Se inclinou para lavar os pés dos Apóstolos. Servir significa trabalhar ao lado dos mais necessitados, estabelecer com eles, antes de tudo, relações humanas, de proximidade, vínculos de solidariedade» (Francisco, Discurso na visita ao Centro Astalli de Roma ao serviço dos refugiados, 10 de setembro de 2013). No serviço, experimentamos que há mais alegria em dar do que em receber (cf. Atos dos Apóstolos 20, 35). Nesta perspetiva, todas as instituições se devem deixar interpelar acerca das finalidades e métodos com que desempenham a sua missão formadora.

Por isso, desejo encontrar-vos em Roma a todos vós que, pelos mais variados títulos, trabalhais no campo da educação em todos os níveis da lecionação e da pesquisa. Convido-vos a promover em conjunto e ativar, através dum pacto educativo comum, as dinâmicas que conferem um sentido à história e a transformam de maneira positiva. Juntamente convosco, dirijo idêntico apelo a personalidades públicas que ocupem, a nível mundial, lugares de responsabilidade e tenham a peito o futuro das novas gerações; espero que acolham o meu convite. E faço apelo também a vós, jovens, para que participeis no encontro e sintais plena responsabilidade de construir um mundo melhor. O encontro será no dia 14 de maio de 2020 em Roma, na Sala Paulo VI do Vaticano. Uma série de seminários temáticos, em várias instituições, acompanhará a preparação do encontro.

Juntos, procuremos encontrar soluções, iniciar sem medo processos de transformação e olhar para o futuro com esperança. Convido a cada um para ser protagonista desta aliança, assumindo o compromisso pessoal e comunitário de cultivar, juntos, o sonho dum humanismo solidário, que corresponda às expetativas do homem e ao desígnio de Deus.

Fico à vossa espera e, desde já, vos saúdo e abençoo.

Vaticano, 12 de setembro de 2019.

Francisco



SUMÁRIO

8 **APRESENTAÇÃO**

- UM PACTO PELA CONSTRUÇÃO DE UMA ALDEIA DA EDUCAÇÃO
- QUAL A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E CIDADANIA?
- SOBRE A ESTRUTURA NO BRASIL

20 **I POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA E EMANCIPADORA**

- A PRÁXIS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NOS DIFERENTES TERRITÓRIOS, GERANDO EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA
- A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

  A educação popular, social e comunitária e as relações etnicorraciais

30 **II CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA**

- O PESADELO
- O ABALO ESCOLAR

III AS POSSIBILIDADES DE ENSINO REMOTO 34

- A CONCEITUAÇÃO
- AS NOVAS POSSIBILIDADES DO ENSINO REMOTO

IV PROPOSTAS EMANCIPADORAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA 42

- A REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E CRIAÇÃO DE MÚLTIPLOS ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM
- A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DOCENTE
- O FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
- A PREPARAÇÃO DAS ESCOLAS COMO ESPAÇO SOCIAL, DE CIDADANIA E DE SOLIDARIEDADE
- AS ESCOLAS COMO ESPAÇOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL
- PRIORIDADE À EDUCAÇÃO VOLTADA À SUSTENTABILIDADE

REFERÊNCIAS 60

Tudo começou com um encontro ecumênico, entre líderes que se preocupam com o cuidado com as pessoas e o mundo.

Em setembro de 2019, motivado por lideranças judias e muçulmanas, o Papa Francisco lança a proposta desse pacto educativo. Em suas palavras, trata-se de um

> "encontro para reavivar o compromisso em prol e com as gerações jovens, renovando a paixão por uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão. Nunca, como agora, houve necessidade de unir esforços numa ampla aliança educativa para formar pessoas maduras, capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma humanidade mais fraterna".

De início, o Papa Francisco propõe três desafios a serem enfrentados pela educação:

1. Ter a coragem de colocar no centro a pessoa;
2. Ter coragem de investir as melhores energias com criatividade e responsabilidade e,
3. Ter coragem de formar pessoas disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade.

Na mensagem, reproduzida na íntegra no início dessa apresentação, reafirma o necessário cuidado com a "nossa casa comum" já alertado na carta encíclica "Laudato si'. O cuidado, afirma, se fará a partir de uma "nova solidariedade universal e uma sociedade mais acolhedora".

Desde o início, foi planejado um encontro mundial do Pacto, adotando como mote «Reconstruir o pacto educativo global». O pacto sugerido teria como elementos constitutivos "uma educação mais aberta e inclusiva, capaz de escuta paciente, diálogo construtivo e mútua compreensão". O encontro mundial também está sendo intitulado de "Reinventando a Aliança Global pela Educação". O encontro foi agendado para coincidir com o quinto aniversário da encíclica papal histórica "Laudato Si", que pediu a proteção do meio ambiente, o combate ao aquecimento global e a eliminação gradual do uso dos combustíveis fósseis.

Sua mensagem ressalta a necessidade de superação da fragmentação contemporânea. Sugere, ainda, que "toda mudança precisa duma caminhada educativa que envolva a todos". Para tanto, propõe a construção de uma «aldeia da educação», onde, na diversidade, se partilhe o compromisso de gerar uma rede de relações humanas e abertas. Trata-se de uma aliança mundial, "entre o estudo e a vida; entre as gerações; entre os professores, os alunos, as famílias e a sociedade civil, com as suas expressões intelectuais, científicas, artísticas, desportivas, políticas, empresariais e solidárias".

"Uma aliança entre os habitantes da terra e a «casa comum», à qual devemos cuidado e respeito. Uma aliança geradora de paz, justiça e aceitação entre todos os povos da família humana, bem como de diálogo entre as religiões."

Uma aliança que reflita sobre "outros modos de compreender a economia, a política, o crescimento e o progresso. Num percurso de ecologia integral, coloca-se no centro o valor próprio de cada criatura, em relação com as pessoas e com a realidade que a rodeia, e propõe-se um estilo de vida que rejeite a cultura do descarte". Aliança que invista na criatividade e responsabilidade, na construção de ações propositivas, projetando a educação a longo prazo, uma formação para pessoas disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade.

"Servir", afirma, "significa trabalhar ao lado dos mais necessitados, estabelecer com eles, antes de tudo, relações humanas, de proximidade, vínculos de solidariedade" (Francisco, Discurso na visita ao Centro Astalli de Roma ao serviço dos refugiados, 10 de setembro de 2013).

Além de educadores e pesquisadores da área, a mensagem é endereçada aos jovens e a personalidades públicas que ocupem, a nível mundial, lugares de responsabilidade.

O encontro mundial, previsto para ser realizado em maio de 2020 em Roma, foi adiado em virtude da pandemia do COVID-19.

Mas, desde seu lançamento, o Pacto Educativo Global indicava os tópicos temáticos que deveriam ser objeto de reflexão mundial: a defesa dos direitos humanos e da paz, o diálogo interreligioso, a migração, a cooperação internacional, os refugiados, a justiça econômica e a proteção ambiental[1].

---

[1] O site oficial do Pacto Educativo Global, onde é possível acompanhar a programação mundial, é: https://www.educationglobalcompact.org/ .

Hannah Arendt contribuiu para esta vertente pedagógica ao sugerir que não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos pela educação. A frase sugere que humanos se inserem na humanidade pelo envolvimento com a experiência coletiva acumulada ao longo do tempo.

Arendt está se reportando à memória elástica da humanidade. Memória que se alimenta da experiência humana repassada pela linguagem, pelas artes plásticas, pela música, pelo teatro, pela escrita. Por este motivo nos identificamos com experiências de outros humanos; não porque tenhamos experimentado o mesmo que eles, mas porque os descobrimos pelo registro em livros, textos ou tantas outras formas de linguagem. É por este motivo que estudamos. Não para meramente memorizarmos para, mais à frente, sermos testados por avaliações que esquadrinham um texto ou pensamento até transformá-lo em uma fórmula pasteurizada onde o percurso do autor pouco importa. Ao contrário, estudamos para nos inserir na humanidade.

Assim, tudo que é humano, tudo o que é experimentado pela humanidade, interessa à educação, desde que siga esta lógica do encontro, palavra central na concepção educacional de Papa Francisco. E essa decisão coloca em xeque a busca por padrões de comportamento, já que a experiência humana é dinâmica, não definida por padrões.

A concepção de currículo a partir desta interpretação não é estática ou prescritiva, mas um currículo em ação, sendo esse o desafio pedagógico central da educação proposta pelo Pacto Educativo Global: o diálogo com o mundo real, seus desafios e com o processo de escuta e mobilização de conhecimentos voltados para a ação coletiva.

A educação, assim compreendida, se relaciona com a vida cotidiana, se apresenta como método para o diálogo, para a escuta e a busca de superações, com a didática por situação-problema, que dialoga com o mundo vivido e sentido, aproxima a sala de aula dos desafios da sobrevivência e da busca de felicidade e comunhão.

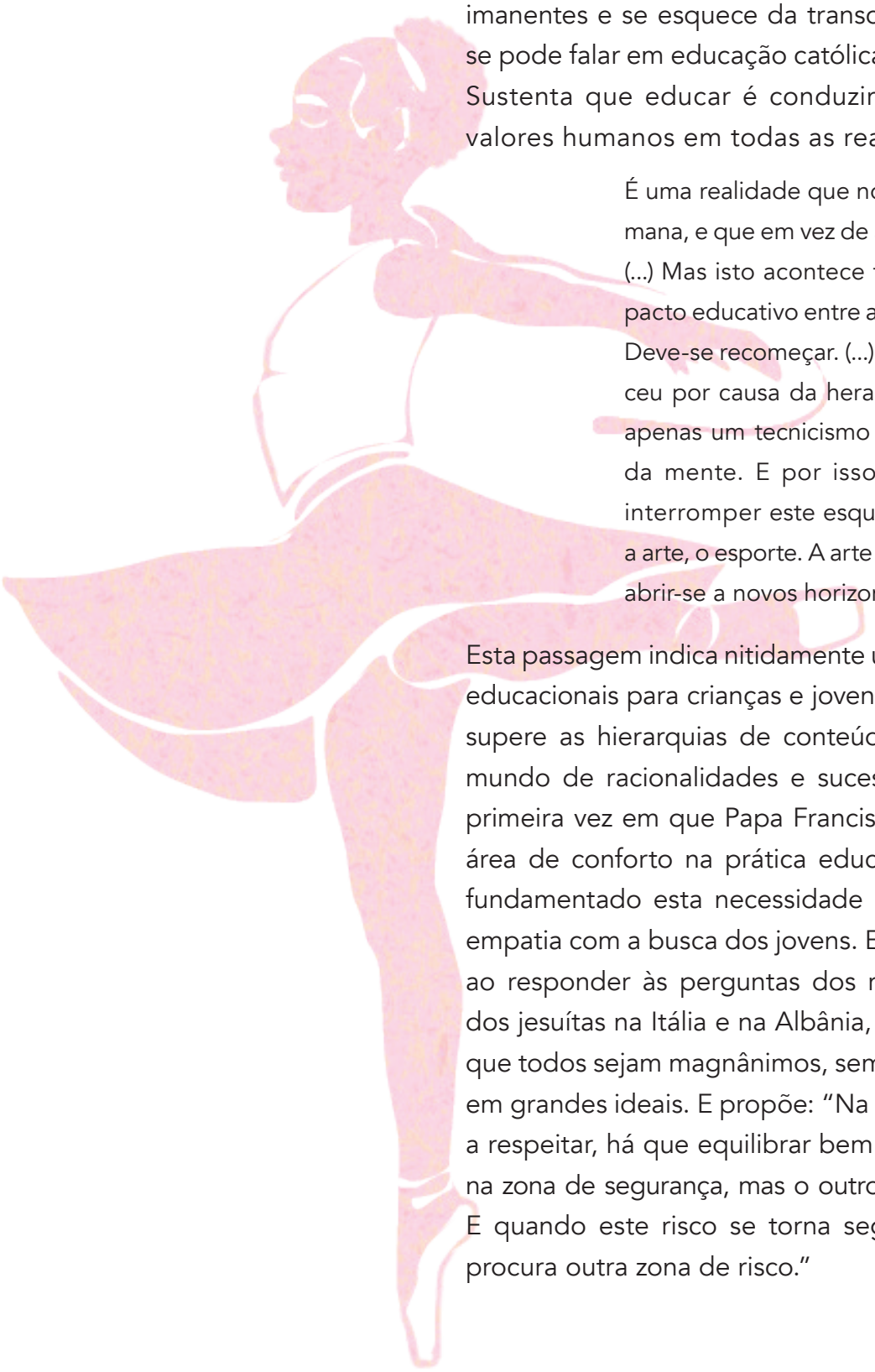
Desde o início de seu papado, Francisco foi muito objetivo ao alertar para os desafios educacionais do mundo contemporâneo. A educação, aliás, mereceu atenção especial desde seus primeiros pronunciamentos.

Em 21 de novembro de 2015, na Sala Paulo VI do Vaticano, em discurso proferido no congresso mundial promovido pela Congregação para a Educação Católica, o Papa Francisco recordou um conselho que deu às irmãs da Patagônia:

> A uma congregação de irmãs com uma vocação especial na Argentina, para o Sul da Argentina, para a Patagônia, eu disse: por favor, fechai metade dos colégios da capital, de Buenos Aires, e enviai para lá as irmãs, para aquela periferia da pátria porque de lá virão as novas contribuições, os novos valores, e virão também as pessoas capazes de renovar o mundo.

O conselho se embasava em uma leitura da realidade social que provoca o compromisso educacional, em especial, cristão. Nesta fala no congresso de novembro, o Papa Francisco sustenta que o primeiro desafio educacional cristão seria deixar os lugares onde há muitos educadores e ir às periferias para procurar ali os que têm a experiência da sobrevivência, da fome, das injustiças, que têm a humanidade ferida. Nas suas palavras:

> Eles têm uma coisa que os jovens dos bairros mais ricos não possuem – não por culpa deles, mas porque é uma realidade sociológica: têm a experiência da sobrevivência, também da crueldade, da fome, das injustiças. Têm uma humanidade ferida. (...) O desafio – e eu os encorajo – é ir lá para os fazer crescer em humanidade, em inteligência, em valores, em hábitos, para que possam ir em frente e levar aos outros experiências que não conhecem.



Ainda nesta oportunidade, Papa Francisco avança sobre a urgência de um pacto educativo que adote como referência a superação do neopositivismo, que só educa para as coisas imanentes e se esquece da transcendência. Sugere que não se pode falar em educação católica sem falar de humanidade. Sustenta que educar é conduzir jovens e as crianças nos valores humanos em todas as realidades:

> É uma realidade que nos leva a uma seletividade humana, e que em vez de aproximar os povos, afasta-os. (...) Mas isto acontece também em nosso âmbito: o pacto educativo entre a família e a escola se quebrou! Deve-se recomeçar. (...) A educação formal empobreceu por causa da herança do positivismo. Concebe apenas um tecnicismo intelectualista e a linguagem da mente. E por isso empobreceu-se. É preciso interromper este esquema. E há experiências como a arte, o esporte. A arte e o esporte educam. É preciso abrir-se a novos horizontes, criar novos modelos.

Esta passagem indica nitidamente uma revisão das prioridades educacionais para crianças e jovens. Um currículo aberto, que supere as hierarquias de conteúdos focada na inserção no mundo de racionalidades e sucessos individuais. Não foi a primeira vez em que Papa Francisco sugeriu o abandono da área de conforto na prática educacional. Em 2013, já havia fundamentado esta necessidade a partir de um esforço de empatia com a busca dos jovens. Em 7 de junho daquele ano, ao responder às perguntas dos representantes das escolas dos jesuítas na Itália e na Albânia, sustenta a necessidade de que todos sejam magnânimos, sem medo, apostando sempre em grandes ideais. E propõe: "Na educação, há um equilíbrio a respeitar, há que equilibrar bem os passos: um passo firme na zona de segurança, mas o outro entrando na área de risco. E quando este risco se torna segurança, o passo seguinte procura outra zona de risco."

Mas, afinal, por que o risco, enquanto ato pedagógico? Papa Francisco, em outro encontro, realizado em 21 de agosto de 2013, ao falar para professores do colégio japonês Seibu Gakuen Bunri Junior High School de Saitama, explicita sua leitura sobre o movimento de encontro aos jovens. Este movimento é uma das chaves de suas reflexões educacionais: a pedagogia do encontro. Para o Papa, ao nos isolarmos em nós mesmos, só teremos o que já temos e não cresceremos culturalmente. O diálogo, então, se torna um exercício de amadurecimento, no confronto de culturas, de experiências humanas. E, sustenta:

> E qual é a atitude mais profunda que devemos ter para dialogar e não brigar? A mansidão, a capacidade de encontrar as pessoas, de encontrar as culturas com a paz; a capacidade de fazer perguntas inteligentes: "mas por que pensas assim? Por que esta cultura é assim?" Ouvir o próximo e depois falar. Primeiro ouvir, depois falar.

E, na escuta, revela-se o lugar do professor "incompleto":

> (...) os jovens compreendem, "farejam" e são atraídos pelos professores que têm um pensamento aberto, "incompleto", que procuram "um mais", e assim contagiam os estudantes com esta atitude. (Discurso aos estudantes e professores das escolas italianas, em 10 de maio de 2014).

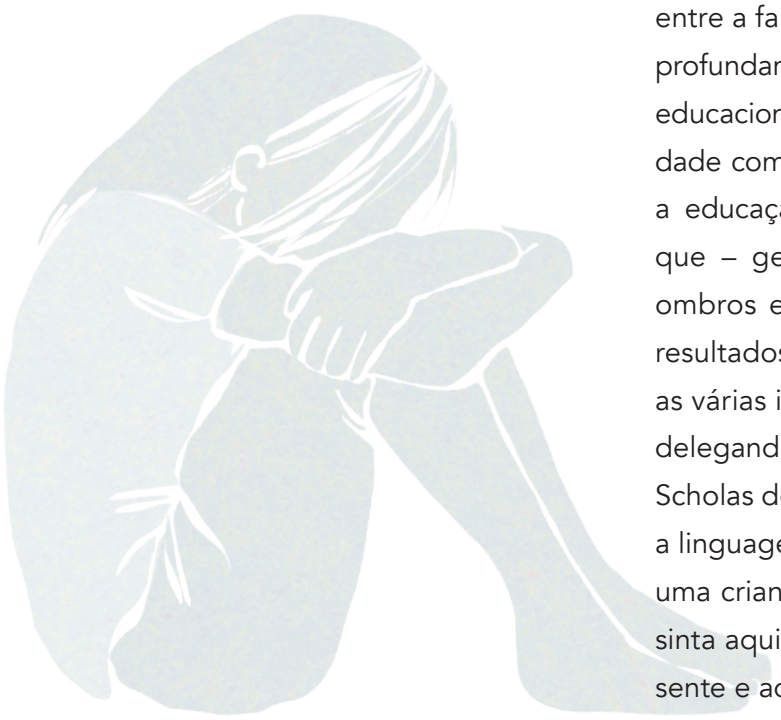
Uma pedagogia aberta, dinâmica, da escuta e do encontro de experiências e culturas.

Assim, a escola apresenta-se como espaço de abertura à realidade e um lugar de encontro. E é a partir desta escola – e todo processo educacional – como espaço de encontro, que Papa Francisco esboça a aldeia educacional. Neste encontro nas escolas católicas, em 2014, cita um provérbio africano que diz "para educar um filho é necessário uma aldeia", uma ação conjunta, contributiva, de várias experiências e esforços. "Para educar um jovem", afirma, "é necessário muita gente: família, professores da escola básica, pessoal não docente, professores, todos!". E, ainda: "amo a escola porque nos educa para o verdadeiro, para o bem e o belo. Os três caminham juntos. A educação não pode ser neutra. Ou é positiva ou negativa; ou enriquece ou empobrece."

E, então, em 4 de setembro de 2014, o Pacto Educativo Global parece se esboçar mais nitidamente. Em um discurso realizado no encontro mundial dos diretores de Scholas Ocurrentes, Papa Francisco sugere a recomposição do pacto educativo, recomposição daquela aldeia para educar crianças:

> Não podemos deixá-las sozinhas, não podemos deixá-las pelas ruas, sem tutela, à mercê do mundo, no qual prevalece o culto do dinheiro, da violência e do descartável.

No encontro seguinte das Scholas Ocurrentes, realizado em 5 de fevereiro de 2015, complementa:



> É o pacto educacional, um pacto educativo que se cria entre a família, a escola, a pátria, a cultura. Rompeu-se profundamente e já não se consegue consertar. O pacto educacional que se rompeu significa que tanto a sociedade como a família e as diversas instituições delegam a educação aos agentes da educação, aos docentes que – geralmente mal pagos – carregam nos seus ombros esta responsabilidade e, se não obtêm bons resultados, são repreendidos. Mas ninguém recrimina as várias instituições, que faltaram ao pacto educativo, delegando-o ao profissionalismo de um professor. (...) Scholas deseja harmonizar a linguagem da cabeça com a linguagem do coração e das mãos. Que uma pessoa, uma criança, um jovem pense no que sente e faz; que sinta aquilo em que pensa e o que faz; que faça o que sente e aquilo em que pensa.

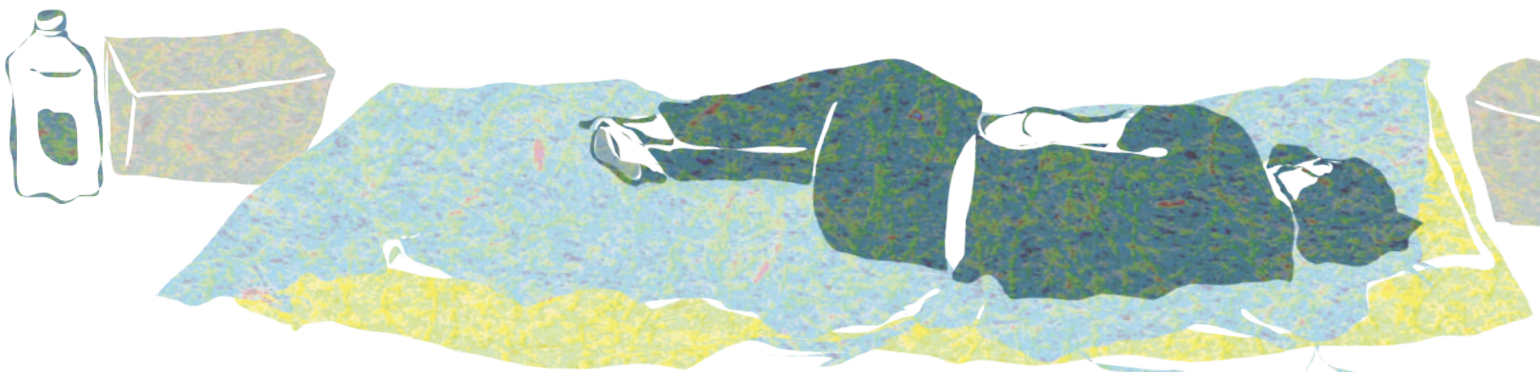
Papa Francisco sustenta a necessidade de se descobrir o jogo como caminho educacional já que a educação "não é apenas informação, mas criatividade no jogo, aquela dimensão lúdica que nos faz crescer na criatividade e no trabalho em equipe."

A concepção educacional sugerida pelo Papa apoia-se, assim, em vários aspectos:

1. No valor do diálogo, que fundamenta o pluralismo cultural e religioso;
2. N a preparação qualificada de formadores, tendo em mente que não podem improvisar e que educar é um ato de amor exigente, "muito competente, qualificado e, ao mesmo tempo, rico de humanidade, capaz de permanecer no meio dos jovens com um estilo pedagógico, para promover o seu crescimento humano e espiritual. (...) Não se pode educar sem coerência e testemunho";
3. Na integração ao mundo, evitando-se o isolamento. É preciso que se saiba "entrar intrepidamente no areópago das culturas contemporâneas e estabelecer um diálogo, conscientes do dom que podem oferecer a todos";
4. Na transmissão de conteúdo, hábitos e sentidos dos valores, os três elementos juntos (Discurso à plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina, em 28 de fevereiro de 2014);
5. Na fala das três línguas: a língua da mente, a língua do coração e a língua das mãos;
6. Na educação do cuidado com a Casa Comum, para a educação e espiritualidade ecológicas (Encíclica Laudato Si, sexto capítulo).

Esta é a estrutura do pensamento e do projeto educacional de Papa Francisco que se plasmou no Pacto Educativo Global. Projeto que se revela mais intensamente em uma reflexão que fez em 7 de julho de 2015, em Quito, na Pontifícia Universidade Católica do Equador:

> Eu moro em Roma. No inverno, faz frio. Pode acontecer que, bem pertinho do Vaticano, apareça um idoso, pela manhã, que morreu por causa do frio. Não é notícia em nenhum dos jornais, em nenhum relato. Um pobre morre por causa do frio e da fome e isso não é notícia, mas se as bolsas das principais capitais do mundo caem dois ou três pontos arma-se um grande escândalo mundial. Eu me pergunto: onde está o teu irmão? E peço-vos que vos façais outra vez, cada um, essa pergunta, e que o façais à universidade: a ti, Universidade Católica, onde está o teu irmão?



A construção da articulação brasileira pelo Pacto Educativo Global teve a finalidade de conectar educadores e ativistas da área do nosso país às iniciativas mundiais em curso e preparar o encontro nacional preparatório ao encontro a ser realizado em Roma.

Após uma primeira reunião com Enrique Palmeyro, da Fundação Pontifícia Scholas Ocurrentes, da Argentina, foi formado um núcleo inicial desta articulação brasileira composta por algumas entidades[2] que iniciaram a preparação de um encontro nacional para formalização do Pacto Educativo Global no Brasil.

Finalmente, em 12 de março de 2020, na sede do SINESP, na capital paulista, reunimos mais de 60 entidades[3] para discutir a criação da articulação brasileira do Pacto, tendo, desde a convocatória desta reunião, como objetivo central, a "articulação de entidades e movimentos que defendam a educação pública, inclusiva, que respeite a diversidade de comportamentos e crenças, que desenvolva a cultura do cuidado (com o outro e a humanidade) e a cultura da paz."

A intenção é a ampliação do debate nacional sobre os rumos de nossa educação, que amplie a interlocução com a sociedade e projete propostas em um processo de construção coletiva de uma nova hegemonia no debate nacional a respeito da educação.

[2] As entidades são: Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara, Instituto Casa Comum, Instituto Cultiva, Instituto Paulo Freire, APEOESP, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Instituto ALANA, UMBRASIL e CEAAL - Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe.

[3] As entidades estão listadas ao final desta publicação.

Os eixos definidos para o Pacto Educativo Global no Brasil são:

1. Paz e cidadania;
2. Ecologia integral;
3. Solidariedade e desenvolvimento;
4. Dignidade e direitos humanos;
5. Defesa da educação pública com qualidade social;
6. Cultura e Transformação Social.

Um primeiro núcleo estadual do Pacto Educativo Global no Brasil foi criado em Minas Gerais, envolvendo mais de 50 entidades[4].

O primeiro produto desta articulação nacional é este texto formatado ao longo de quatro meses, envolvendo grupos temáticos, discussões virtuais, revisões e, finalmente, esta produção ilustrada por Mariângela Haddad.

A partir desta publicação, pretendemos organizar fóruns de discussão sobre seu conteúdo e sobre o Pacto Educativo Global em cada Estado brasileiro para iniciarmos o processo de enraizamento desta mobilização mundial em nosso país.

Estamos preparando eventos e seminários temáticos e regionais e iniciando os preparativos para o nosso Encontro Nacional, a ser realizado em Belo Horizonte.

A leitura deste texto coletivo, portanto, é nosso primeiro convite. Queremos convidá-lo, em seguida, para estar conosco nesta empreitada de construção de um mundo mais solidário, justo, que promova o encontro, o cuidado e a felicidade por meio da educação.

Porque acreditamos na educação. Porque acreditamos no projeto da humanidade. Porque sempre superamos nossas adversidades pela solidariedade.

[4] Dentre elas: SINDUTE, SINPRO, SOTER, Instituto Cultiva, Movimento Acadêmico Solidário – MAS, UEMG, ATENS.



"A esperança é necessária, mas não é suficiente.

Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela, a luta fraqueja e titubeia."

(FREIRE, Pedagogia da esperança. 1992, p. 5).

1

Por uma educação

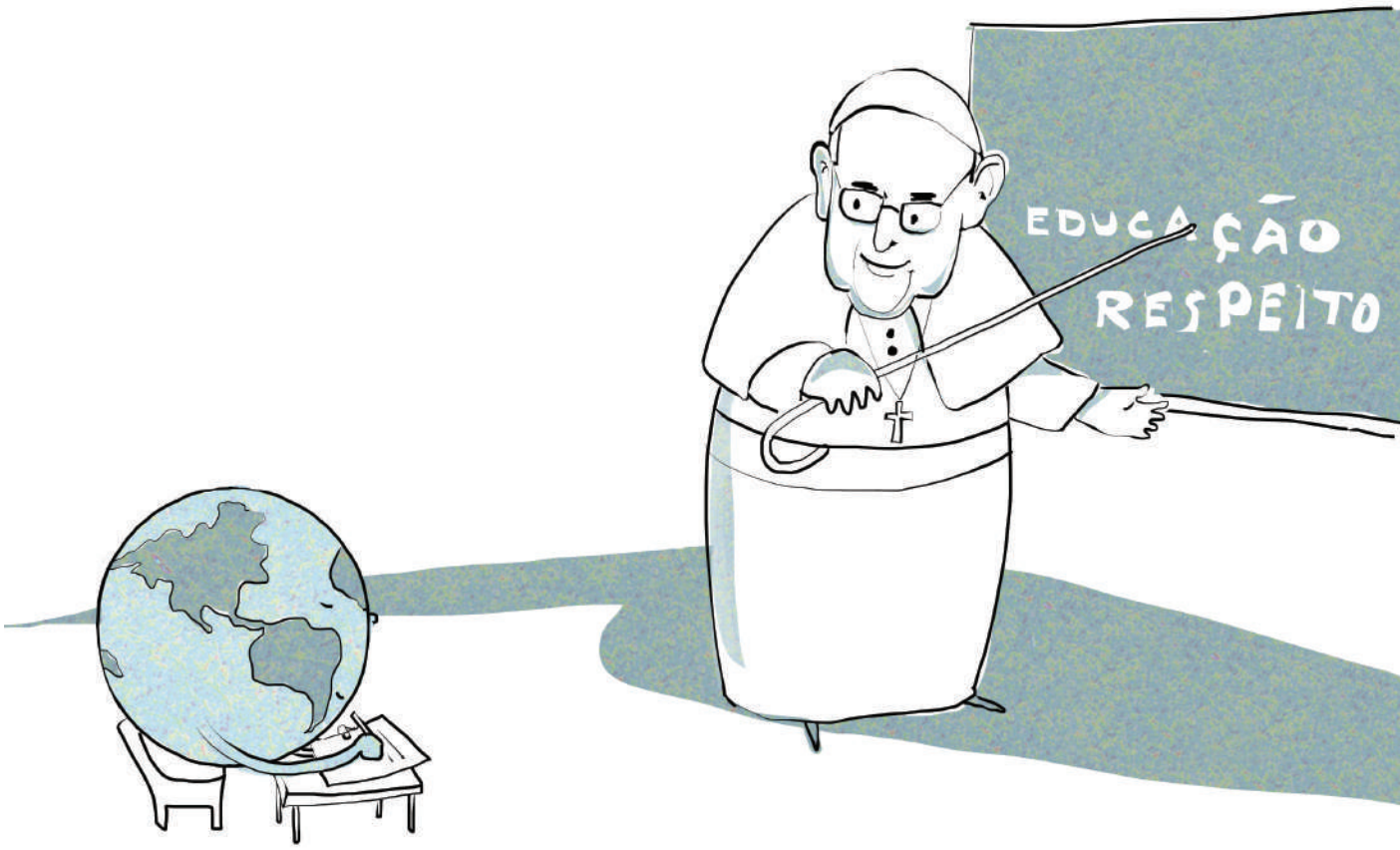
humanizadora
e emancipadora

O mundo contemporâneo está em transformação contínua, vendo-se agitado por variadas crises. Vivemos uma mudança de época: uma metamorfose não só cultural, mas também antropológica, psicológica, econômica, jurídica etc. que gera novas linguagens e relações fraternas, mas também, desumanizadoras e excludentes, descartando, sem discernimento, os paradigmas sócio-históricos. O tempo, espaço, instituições, subjetividades e o cotidiano vêm se alterando com as novas tecnologias; a vida mais urbana e digital está se tornando cada vez mais alienante. Nesse contexto, perde consistência a própria identidade e desintegra-se a estrutura psicológica perante uma mudança incessante que "contrasta com a lentidão natural da evolução biológica" (FRANCISCO, 2015, p. 01).

Nesse fervor de mudanças que gera ambiguidades, os pobres e a natureza clamam por um novo modelo societário. Estamos convictos de que a educação tem um papel estratégico nesse sentido.

O povo brasileiro sempre viveu, e vive ainda, duros processos de autoritarismo e repressão, seja pelas oligarquias nacionais, seja por grupos internacionais, mantidos pelos grupos políticos conservadores. Mesmo com o avanço no marco legal na perspectiva de assegurar os Direitos Humanos no atual contexto político, econômico, cultural e social, nacional e internacional, encontramos muitas incertezas acerca das relações e instituições democráticas. Qual o papel da educação frente a uma sociedade desigual? Educação é responsabilidade somente da escola e família ou também da comunidade? Qual a contribuição das organizações sociais nos diversos espaços e em diferentes territórios?

Ora, cada mudança precisa de uma caminhada educativa que envolva a todas e a todos. Por isso, é necessário construir uma "aldeia da educação" em que, na diversidade, se partilhe o compromisso de gerar uma rede de relações humanas abertas. Como afirma um provérbio africano, "para educar uma criança, é necessário uma aldeia inteira". "Mas, essa aldeia, temos de construir como condição para educar. Antes de mais nada, o terreno deve ser bonificado das discriminações com uma inoculação de fraternidade, como defendi no Documento que assinei com o Grande Imã de Al-Azhar, em Abu Dhabi, no passado dia 4 de fevereiro" (FRANCISCO, 2015, p. 02).



Além da escola, os movimentos, organizações e pastorais sociais se constituem como esses espaços de resistência e se organizam sob o viés da promoção social para lutar por direitos e pela democracia representativa. Os movimentos vêm desenvolvendo novas formas de sociabilidade e de subjetividades, ajudando na constituição de uma nova sociedade e na construção e exercício de novas cidadanias (Lopes, 2018, 2019 e 2020) pelos processos de participação na defesa e na garantia dos direitos humanos. Dessa maneira, tem fortalecido a busca pelos direitos coletivos de crianças, adolescentes, jovens, negros, povos originários, LGBTQI+, mulheres e trabalhadores, pelos direitos à diferença, a diversidade cultural, constituindo assim, processos de educação política.

A PRÁXIS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NOS DIFERENTES TERRITÓRIOS

As organizações sociais têm servido de incubadoras para experiências libertárias sob os domínios sociopedagógicos, socioculturais, socio-políticos e sociopastorais (LOPES, 2020) em que se formula a prática de novas relações societárias contra hegemônicas, e onde as pessoas aprendem a ler suas biografias, seus dramas, elaborando projetos de vida com dimensão pessoal e coletiva, pautados nos direitos humanos e na democracia.

As organizações sociais de matrizes libertárias vêm desde o processo de redemocratização do país transformando-se em espaços de organização, articulação, sociabilização e resistência, promovendo novas educabilidades que compõem o leque da educação integral.

A vivência de educação popular, comunitária e social também perpassa a perspectiva da Pedagogia e Teologia da Libertação. As práticas sociopastorais permitem que a experiência do sagrado seja vivida em espaços onde se respeite a diversidade, a pluralidade e a crença em divindades ou não. Esse entendimento busca envolver e retomar essas experiências com o compromisso de multiplicar o conhecimento adquirido na comunidade, incidindo nos espaços de participação social, religiosa e política. Nesse sentido, o lugar da espiritualidade comprometida toma fôlego na repactuação de valores como a fraternidade, a escuta, o diálogo e o cuidado.

Nesse momento conturbado desafios são remetidos à educação além do cotidiano e retoma força o debate da educação popular, comunitária e social, na constituição dos sujeitos que possam assumir seu lugar político de cidadãos na vida dos territórios vulneráveis.



A EDUCAÇÃO PELOS DIREITOS HUMANOS

O chamado cristão do Papa Francisco em prol de um ensino emancipador, o Pacto Global pela Educação, nos mobiliza a defender, não somente por uma disposição inter-religiosa, mas também pela defesa dos Direitos Humanos como substantivo civilizatório, as liberdades individuais e coletivas; a pluralidade das ideologias; a laicidade do Estado; a tolerância como bússola da convivência e a rebeldia a estados totalitários como direito.

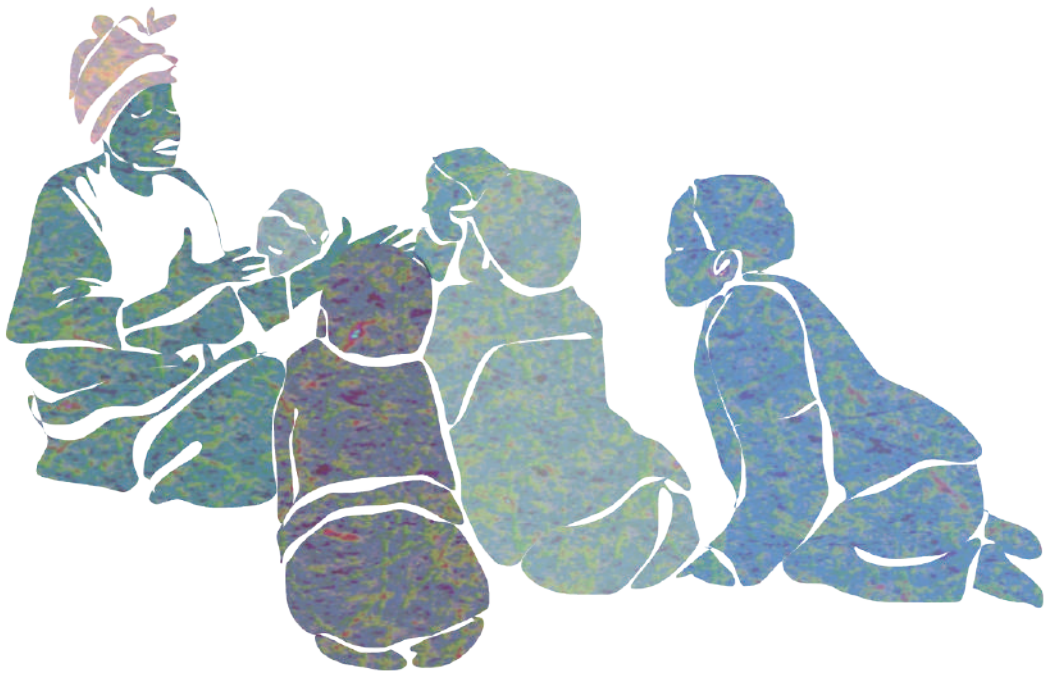
No campo educacional defendemos a Educação como Direito de todos e não como uma mercadoria que pode ser vendida como privilégio de alguns e lutamos pelo ensino público, laico e gratuito a todas as pessoas, principalmente às "últimas da fila", aos que não estão incluídos em uma sociedade que se pretende solidária e democrática.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, elaborado a partir de 2003 e, após ampla participação, concluído em 2006, afirma que a educação em direitos humanos deve ser compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos. A educação ganha ainda maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social (PNEDH, 2018, p. 12).

Assim, neste texto escrito sob o drama do COVID-19, cenário de incertezas pela maior crise desde a II Guerra Mundial (1939/1945), é problemático definir qualquer forma de educação de modo permanente. É complexo avaliar o quanto seremos afetados nos negócios, no turismo, no consumo das famílias, na segurança pública, no crescimento do desemprego e no impacto econômico e social que teremos a curto, médio e longo prazo.

Tampouco sabemos a extensão do impacto pedagógico e social com a incorporação das tecnologias e do ensino remoto nas práticas educativas, quais as metodologias pedagógicas mais apropriadas e quem serão os protagonistas dos processos de produção que comandarão sua implementação.

Assim não faremos conclusões categóricas sobre o tema proposto. Nossa tarefa é trazer ao debate algumas situações ora vivenciadas, promovendo reflexão e diálogo perante o diverso e o contraditório.



A educação brasileira tem o papel fundamental de despertar nos educandos o sentimento de pertencimento à origem africana e latino-americana, uma vez que é indiscutível a influência dos povos africanos e indígenas no povoamento, na cultura, na tecnologia, na religiosidade, entre outros aspectos, sendo imprescindível explorar e desenvolver esse sentimento que os identifica com seus antepassados. Cabe a todos nós, educadores, garantir aos educandos o direito à dignidade humana. (SILVA, 2012, p. 03).

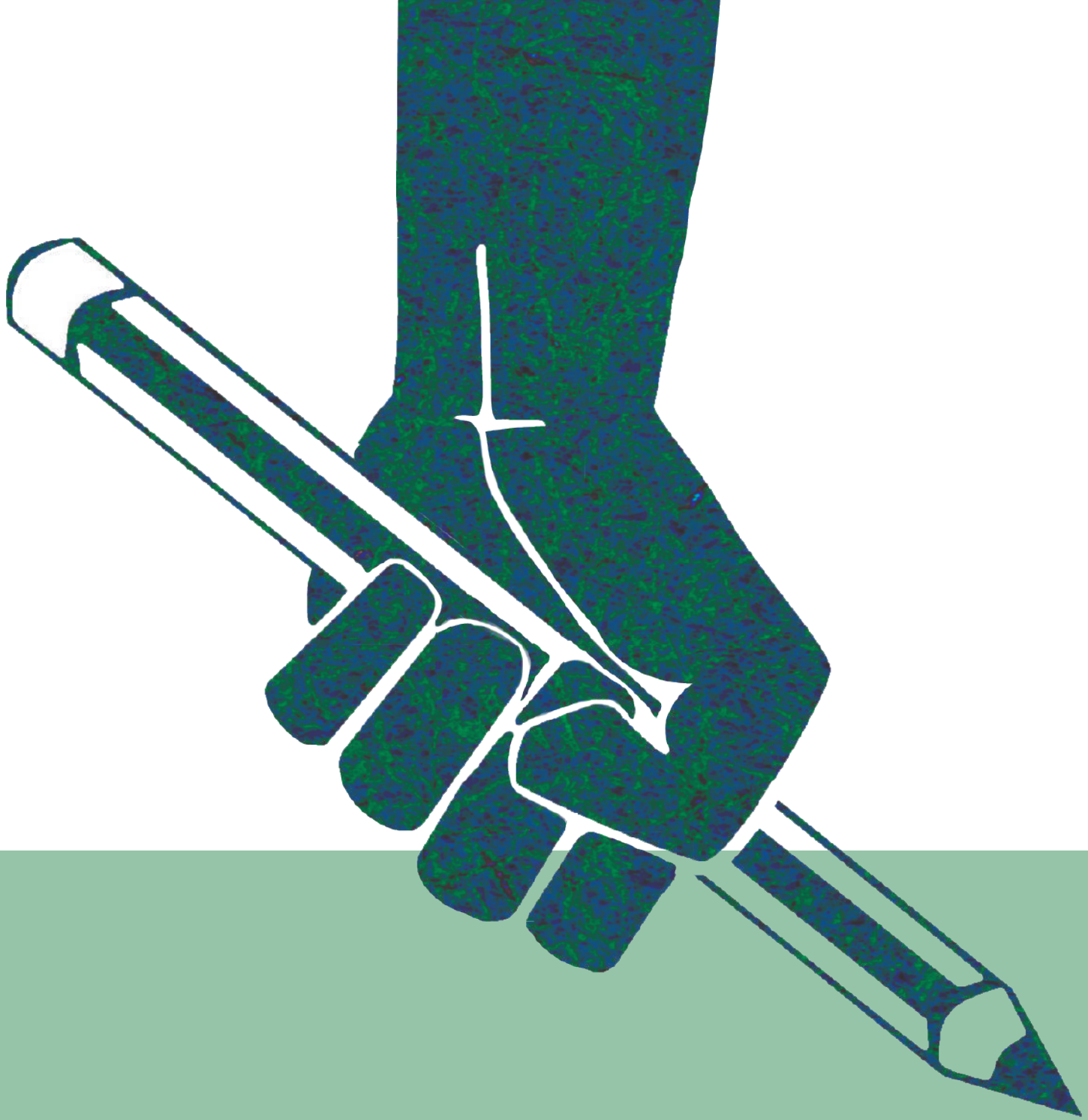
Nessa temática não cabe neutralidade, há sempre uma posição que assumimos, a do oprimido ou a do opressor, e a escola, enquanto instituição de formação social, deve objetivar a formação de cidadãos antirracistas e de educandos negros conscientes de seus direitos civis. Dessa maneira, posicionar-se contra o sistema opressor é papel fundamental do educador.

Para além do marco legal, as pessoas precisam ser formadas para a cultura do direito, para a democratização dos espaços públicos, e a atuação das organizações sociais tem contribuído sobremaneira para essa mudança de paradigma.

As organizações sociais têm um papel fundamental na sociedade, constituindo parte integrante do sistema de garantia de direitos, ajudando na promoção, proteção, defesa e controle; formulando o trabalho de rede pela defesa dos direitos de diferentes grupos sociais e pelo fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Logo, o desafio colocado no atual contexto é o de retomar as alternativas de experiências locais de formação das organizações sociais, da participação pública, das ações de solidariedade, enraizadas nos territórios, e de fortalecer novos modos de organização comunitária que visam a construção de uma sociedade alternativa ao sistema capitalista neoliberal.

Nesse entendimento, a educação retoma a ancestralidade, a cultura e as experiências não escritas nos livros e valorizadas pelos movimentos, organizações e pastorais sociais, e surge aqui como um vetor desse conhecimento, adquirido a partir de construções e reflexões advindas do próprio núcleo de educandos que, ao gerar suas próprias demandas, produzem o seu conhecimento.



“Não sou esperançoso por pura teimosia,

mas por imperativo existencial e histórico.”

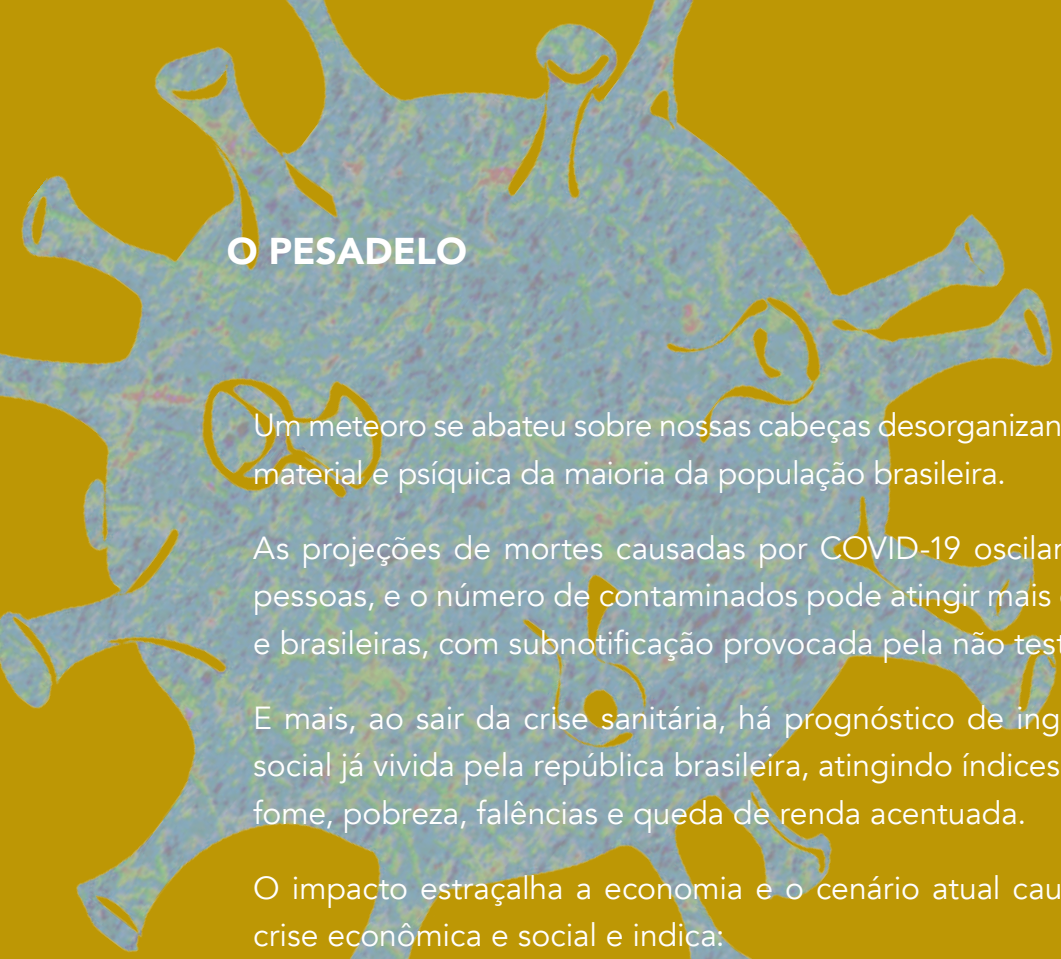
(FREIRE, Pedagogia da esperança. 1992, p. 5)

II

O cenário da

educação brasileira
em tempos de pandemia

O ano de 2020 apenas se iniciava. Com ele as pessoas traziam suas esperanças de renovação e de realização de seus planos, de seus projetos, de suas aventuras. E, de repente...



O PESADELO

Um meteoro se abateu sobre nossas cabeças desorganizando a precária sobrevivência material e psíquica da maioria da população brasileira.

As projeções de mortes causadas por COVID-19 oscilam entre 150 mil e 200 mil pessoas, e o número de contaminados pode atingir mais de 5 milhões de brasileiros e brasileiras, com subnotificação provocada pela não testagem.

E mais, ao sair da crise sanitária, há prognóstico de ingresso na mais aguda crise social já vivida pela república brasileira, atingindo índices recordes de desemprego, fome, pobreza, falências e queda de renda acentuada.

O impacto estraçalha a economia e o cenário atual causado pelo acirramento da crise econômica e social e indica:

- A retração do PIB nacional anual demarcada entre 9% e 10%;
- A projeção do desemprego de mais de 8 milhões de pessoas que se somarão aos 12 milhões já existentes;
- O recuo da arrecadação nacional que deve ficar entre 25% e 30%;
- O recuo de repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (alimento central para 65% dos municípios brasileiros) registrando reduções de 20% a 35%.

E, finalmente, o problema maior desse retrato brasileiro: a desigualdade de renda. Passaremos de 41,8 milhões de brasileiros pobres em 2019 para 48,8 milhões neste ano de 2020. Calcula-se que o efeito maior da má distribuição cairá sobre a população que possui de 1 a 2 salários mínimos, pois essa faixa de renda foi a mais afetada com a perda dos empregos.

A estimativa do índice de desemprego aberto (não registrando aquele que desiste de procurar uma vaga em virtude da retração da oferta de postos de trabalho ou por falta de recursos para custear sua busca) será de 14,2% (pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado) ou de 17,8% (pelo IBRE/FGV) ao fim de 2020.

Os dados atestam que o pesadelo da pandemia nos atingiu em cheio e que a situação, pela falta de políticas públicas que poderiam amenizar a situação social, tende a deixar influência negativa na economia e na vida social brasileira ainda por muito tempo.

O ABALO ESCOLAR

O terremoto causou inúmeras consequências sociais. No campo escolar, o abalo trouxe impactos significativos com a paralisação das aulas presenciais nas instituições de ensino. A falta de uma política educacional orquestrada e articulada em nível nacional provocou a implantação do Ensino Remoto para garantir o vínculo estudantes a sua escola, havendo aulas on line por rádio, pela TV aberta, pelo aplicativo WhatsApp dos celulares, por apostilas retiradas pelas mães nas escolas ou entregues pelo correio na casa dos estudantes.

O abalo educacional foi mais forte nas camadas sociais mais pobres em virtude da imensa desigualdade social que evidenciou o escasso acesso à informação e às novas tecnologias por boa parte da população escolar, levando-se em consideração que não há computadores em 58% dos domicílios e, desses, não há internet em 33% (Comitê Gestor da Internet no Brasil, GGI.br, 2018).

A pesquisa chama nossa atenção para problemas estruturais da educação brasileira que precedem a situação de pandemia, entre eles, o abismo digital existente entre crianças e jovens com e sem acesso à internet de qualidade e dispositivos como computadores e celulares. Sendo assim, é ilusório acreditar que as tecnologias digitais poderiam dar continuidade integral aos estudos praticados no ensino presencial.

A visão tecnicista, sem consulta à comunidade educacional, gerou também o afastamento dos estudantes. No Estado de São Paulo, por exemplo, foi implantado um Centro de Mídia, plataforma que apresenta aulas on line, deixando aos professores que conhecem seus alunos, o papel de tutores e não de responsáveis por seu ensino.

Ao estudar em casa as crianças e jovens, além da falta do aparato tecnológico, enfrentam questões de equilíbrio emocional, de dificuldades de organização de educação à distância, de falta de um ambiente tranquilo e, no caso das crianças, das dificuldades das famílias no acompanhamento das atividades remotas. Essas questões talvez expliquem por que 31% das famílias de alunos de escolas públicas veem o desânimo de seus filhos e temem que não mais queiram voltar para a escola (Folha de São Paulo, 22/07/2020).

III

As possibilidades de

ensino remoto

A situação da pandemia nos trouxe dilemas que precisamos olhar de frente. Ao entendermos a Educação como a construção de valores, a cultura, os modos de comportamento e as linguagens, enfim, o conhecimento construído pela civilização, a educação remota não representa um contrassenso?

Vivemos uma época de contradição. De um lado acreditamos que o compartilhamento de um mesmo espaço, a afetividade e os laços criados entre os professores e seus alunos e entre colegas da turma faz acontecer o ensino em comunhão, como enfatizava Paulo Freire.

Porém, vivemos em um período especial de nossas vidas. Temos que evitar os encontros pessoais para que não haja a disseminação da COVID-19. E precisamos nos debruçar sobre as formas pelas quais é possível dar continuidade ao ato educativo, à distância, de modo a constituir encontros fecundos para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças e jovens de nosso país.

A CONCEITUAÇÃO

O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância não podem ser compreendidos como sinônimos, por isso é muito importante, no contexto em que estamos vivendo, retomar esses conceitos.

De um lado, temos a Educação a Distância – EAD, modalidade de educação que compreende a criação de uma arquitetura pedagógica composta por aspectos organizacionais, metodológicos e tecnológicos com design adequado às características das áreas dos conhecimentos gerais e específicos. Na sala de aula virtual desenvolvem-se as estratégias pedagógicas (EP) por meio de um conjunto de ações educacionais visando alcançar os objetivos que levam à construção do conhecimento.

De outro lado, o impedimento da realização das aulas presenciais pelo risco de expansão da pandemia, foi criado, em caráter emergencial, o Ensino Remoto, a partir da revisão dos planejamentos definidos para o ano de 2020, incluindo principalmente tecnologias digitais, transmissões por meio de voz e entrega de material gráfico.

A comunidade escolar se deparou, de repente, com outras possibilidades de promover a educação, havendo, porém, graves limitações para sua implementação, seja pelas dificuldades de acesso por parte dos alunos, seja pelas dificuldades de planejamento das aulas pelos professores.

Ainda mais grave é a situação das crianças pequenas que captam as informações primordialmente ao "vivo e em cores" em um processo "corpo a corpo" essencial para que estabeleçam vínculos e para que os professores conheçam seus alunos e identifiquem as situações emocionais deles. Como fazer isso por meio das salas virtuais, ainda mais quando os especialistas recomendam que não sejam utilizados nessa faixa etária?

Outro conceito que tem sido aventado nesse período é o *homeschooling*. Praticado por 63 países, silenciosamente, cresce no Brasil o número de famílias que se recusam a enviar seus filhos à escola, proporcionando-lhes ensino domiciliar, sendo os profissionais contratados os responsáveis pela sua educação letrada. Tempos atrás, esse sistema era chamado de preceptoria, conforme explica a professora Carlota Boto, da USP (2018).



No que diz respeito à legislação brasileira, a orientação é clara: desde 1934 é firmada a obrigatoriedade escolar que envolve, a um só tempo, a obrigação de o Estado oferecer escolas e a obrigação de as famílias enviarem seus filhos à escola.

Os adeptos do *homeschooling* alegam que há brechas na legislação brasileira, o que possibilita a defesa dessa modalidade de educação pela liberdade de escolha do tipo de instrução que as famílias desejam dar a seus filhos. Mais do que isso, criticam o sistema de ensino por sua homogeneidade, pelas defasagens estruturais no modelo de ensino público brasileiro, pelas questões de violência, de drogas e de *bullying* em sala de aula. Alegam também argumentos de foro religioso e moral.

A educação domiciliar não consta do ordenamento jurídico brasileiro em vigor, seja em caráter permissivo ou proibitivo. O entendimento dominante do sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente no Brasil é de que "lugar de criança é na escola", sendo dever do Estado e das famílias matricular as crianças na escola, a partir de 4 anos, e zelar por sua frequência no percentual de dias letivos.

Durante esse período de pandemia as famílias interessadas nesse sistema têm buscado apoio dos políticos, ocasionando o crescimento do debate no poder legislativo de estados e municípios. Em alguma medida, explica Boto (2018, p. 03), "a escola se impõe na sociedade como um anteparo da família. Se alguma coisa corre mal na família, a escola está lá. E vice-versa. Deixar sob encargo exclusivo das famílias todas as oportunidades de educação parece, no mínimo, tarefa temerária".

Vivemos um tempo estranho, diferente, singular em nossa sociedade. A educação também tem seus sistemas, modalidades e função social debatidos, sendo necessário enfatizar a educação como direito universal (UNESCO. Relatório Global de Monitoramento da Educação para 2020).

AS NOVAS POSSIBILIDADES DO ENSINO REMOTO

É preciso um olhar cuidadoso quando tratamos do ER (Ensino Remoto) para evitar a dicotomia entre uma visão que superestima esse formato como se ele fosse a "tábua de salvação" para todos os problemas da educação brasileira, e uma visão crítica que demoniza a tecnologia como responsável pelos efeitos sociais da desigualdade. É importante que esse tema seja mais estudado para que, a partir da necessidade atual, tenha seu lugar adequado no meio escolar.

O ER permite a complementação da educação presencial na flexibilização da relação espaço-tempo, promovendo possibilidades de participação, mesmo que não seja possível a presença real. Evidentemente, esse processo é adicional e gradativo e deverá considerar cada estágio do desenvolvimento humano.

O ER possibilita outras formas de ensinar e aprender pelo contato com novas ferramentas tecnológicas que oferecem ao estudante conteúdos e imagens que podem se somar à exposição do professor.

O ER possibilita a comunicação e a troca de experiências, dentro de um mundo globalizado, com outras pessoas também em regiões distantes, em interações de aproveitamento para a solução de seus problemas.

O ER colabora (mas não determina) a personalização da aprendizagem. Lida com dados e algoritmos que auxiliam a criação de processos de avaliação identificando de modo objetivo deficiências e potencialidades que podem direcionar o replanejamento.

Entendemos que as respostas a um questionário por meio eletrônico, os exercícios realizados por meio de ferramentas tecnológicas e mesmo a troca de informações e saberes realizados em plataformas de comunicação virtual, não substituem a percepção de um professor quanto aos aspectos emocionais dos estudantes.

Entretanto, há exemplos de Ensino Remoto bem aproveitados, como o caso do Projeto Mundinho, da prefeitura de Novo Hamburgo (RS) onde, desde 2012, foram distribuídos mais de 6000 aparelhos laptops aos alunos e professores. Isso fez da inclusão digital um provimento de instrumentalização pedagógica de qualidade apoiada na tecnologia que, além da relação professor-aluno, incentiva as famílias a participarem desse processo. Essa iniciativa permitiu o intercâmbio internacional com o Uruguai, com viagens presenciais entre as escolas EMEF Pres. Getúlio Vargas (Novo Hamburgo) e Juan Antônio Lavalleja (Atlântida Montevidéu) para elaboração de novos caminhos (FRANCO E VARGAS, 2018).





“Se eu sou um ser inacabado e inserido num permanente processo de busca, eu não posso buscar sem esperança. O processo de busca é em si mesmo esperançoso e se define como a esperança que se vive. Não importa que você busque algo que não encontre, mas que busque sempre com a esperança de encontrar.

A esperança deve fazer parte, inclusive, do processo de buscar.”

(FREIRE, Pedagogia da tolerância, 2013, p. 229)

IV

Propostas emancipadoras de

educação

em tempos de pós-pandemia

Em tempos de crise social que abala a estrutura e o funcionamento das escolas brasileiras, torna-se urgente refletir e debater a função social dessa instituição, alcançando também a reorganização dos seus espaços, que há de se fundamentar como proposta emancipadora no sentido em que defende Arruda (2009, p. 22): "Este é o atributo da educação libertadora - apoiar o *homo* na conquista da autonomia e a da autogestão no pensar e no agir, enquanto indivíduo e coletividade. A ele está ligado o que tenho proclamado como objetivo último da educação, a construção de sujeitos *conscientes e ativos* de sua própria evolução e desenvolvimento, da sua própria história e devir".

A integralidade do ser humano, como também enfatiza o autor, o torna sujeito da práxis quando simultaneamente é considerado como racional, sensível, emocional e afetivo. Para que a educação cumpra seu papel de formação integral há de rever seus modos de organização e seus procedimentos.

A REORGANIZAÇÃO DA ESCOLA E CRIAÇÃO DE MÚLTIPLOS ESPAÇOS E TEMPOS DE APRENDIZAGEM

A crise sanitária pode proporcionar para as escolas a oportunidade de reconfiguração dos ambientes coletivos pela criação de novas possibilidades de organização e modernização dos espaços escolares, assumindo uma nova conformação pela criação de múltiplos espaços de aprendizagem.

Em primeiro lugar, os ambientes escolares devem ser revistos a partir de padrões de qualidade em termos de ventilação, higienização e mobilidade, com a diminuição do número de estudantes por turma, o espaçamento entre as carteiras e a reformulação do quadro de funcionários, para oferecer segurança aos estudantes e equipe escolar. Essa é uma tarefa complexa, se pensarmos na situação física dos prédios escolares, pois, por exemplo, 26% das escolas brasileiras não têm acesso ao abastecimento público de água e quase metade (49%) das escolas brasileiras não têm acesso à rede pública de esgoto (Censo Escolar, 2018).

Em segundo lugar, é essencial seguir as recomendações internacionais como as oferecidas pelo Relatório da ONU (2020) que pedem a ação de toda a sociedade em quatro áreas principais:

- a forma segura de reabertura das escolas, somente após o controle da transmissão local da COVID-19.
- as políticas econômicas priorizando a educação no orçamento.
- a criação de iniciativas de educação para procurar alcançar aqueles que correm maior risco de serem deixados para trás devido às desigualdades digitais, tais como pessoas em emergências e crises; grupos minoritários de todos os tipos; pessoas deslocadas e pessoas com deficiência.
- a educação "redesenhada" como "oportunidade geracional" poderá dar um salto em direção a sistemas progressistas com educação de qualidade para todos.



Em terceiro lugar, se a adoção do ensino remoto, por um lado, nos revelou o anacronismo de concepções pedagógicas e práticas didáticas formuladas por diversas secretarias de educação do país, por outro, nos trouxe a premência da elaboração de uma ampla discussão sobre a organização rígida dos tempos escolares, da sequência didática de caráter taylorista e da ausência de prioridade ao desenvolvimento dos vínculos relacionais à convivência e inteligência socioemocional.

Estamos no tempo de criação da escola aberta que impulsione a integração e a valorização das relações humanas, em um contexto ideal para que os estudantes, de maneira coletiva, possam usar sua criatividade, organizar-se e propor ações efetivas de transformação das condições que considerem inadequadas. É essencial que os estudantes recebam equipamento individual com disponibilidade de internet apropriado ao seu estudo e às suas pesquisas, para que a adoção de modalidades híbridas – remotas e presenciais, com a construção de modalidades pedagogicamente adequadas, estejam em conexão com o processo de socialização e de convivência entre experiências e modos de vida distintos.

Em quarto lugar, o ideal da escola inclusiva nunca foi tão necessário. O professor deverá estar atento ao que cada um dos seus conseguiu aprender e planejar suas ações pedagógicas considerando a diversidade de capacidade de aprendizagem de sua turma. Estratégias de ensino que partam do que os alunos sabem, de seus questionamentos e que os provoquem a refletir e pesquisar, podem elevar o patamar de conhecimento de toda a turma. Para que essa ação aconteça é necessário que novos tempos e novos espaços sejam criados no ambiente escolar, proporcionando aos professores arranjos grupais diferenciados que possibilitem sua atenção para diferentes situações educacionais.

Nesse caso, a escola não é considerada um mero equipamento de instrução ou indução de competências funcionais, mas um espaço de diálogo, de aprendizagem a partir da experiência do outro e da humanidade. Não nascemos humanos, mas nos tornamos membros dessa espécie pela aprendizagem mútua. O termo emancipação serve perfeitamente para qualificar a educação de que falamos, conforme acentua Arruda (2009), pois significa o ato pelo qual a pessoa adquire o governo de si própria, libertando-se da tutela, da submissão e da servidão.

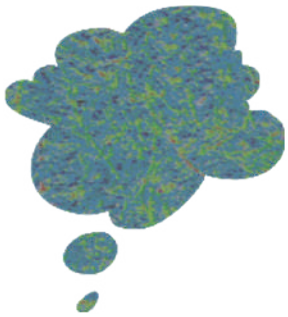
O Papa Francisco nos alerta para a dificuldade que temos de, em certos momentos, encontrar pontos de referência em algumas sociedades, sendo necessário que os jovens encontrem na escola uma referência positiva. "E ela só pode sê-lo ou tornar-se tal, se no interior houver professores capazes de dar um sentido à escola, ao estudo e à cultura, sem reduzir tudo unicamente à transmissão de conhecimentos técnicos, mas apostando na construção de uma relação educativa com cada um dos estudantes, que deve sentir-se acolhido e amado por aquilo que é, com todos os seus limites e suas potencialidades". (FRANCISCO, 14/03/2015).

E, para que essa educação floresça, é necessário que o espaço escolar seja organizado por outra lógica, pelo compromisso com a diversidade humana que inclui diferentes formas de comunicação, de ritmos de aprendizagem e de maneiras de assimilação do conteúdo. Enquanto muitos alunos estão assistindo a uma exposição do professor, grupos pequenos podem estar pesquisando ou recebendo orientações mais precisas quanto a determinado conteúdo. Nessa escola, as crianças e jovens poderão praticar o exercício da autonomia, respeitando as regras, definidas no coletivo, esclarecidas e atualizadas, em um ambiente de liberdade e de responsabilidade, com o apoio do adulto.

A participação ativa dos educandos em projetos de pesquisa, estudos e ações comunitárias, onde tenham a oportunidade de se colocar no lugar do outro, de experimentar novas possibilidades e de conhecer seus limites e talentos, definem a escola como emancipadora na perspectiva da transformação social.

A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA E DA FORMAÇÃO DOCENTE

A pandemia obrigou as pessoas a ficarem em casa. As famílias, mesmo dividindo as tarefas, se sentiram sobrecarregadas com o cuidado da casa, o trabalho e o cuidado com as crianças. Desafiadas pelas escolas a acompanharem o Ensino Remoto oferecido aos estudantes pelos mais variados formatos, sentiram muita dificuldade e puderam perceber a especificidade do trabalho docente. É fundamental que essa oportunidade de valorização da aula presencial e a importante relação professor-aluno redunde em uma campanha nacional articulada. O respeito e a valorização social da carreira docente têm início na estrutura legal e administrativa das Secretarias de Educação e se solidificam nas escolas, quando são oferecidas aos professores as condições adequadas para a realização do seu trabalho.





Os educadores, diante da realidade pandêmica, desdobraram-se como puderam, não só para atender os seus alunos da melhor forma possível, como também para dar respostas às variadas demandas como apoio às famílias para conseguir o auxílio emergencial, encaminhamentos nos casos de pessoas contaminadas pela COVID-19, mapeamento das condições de acesso de estudantes aos recursos tecnológicos e conhecimento da real situação de vulnerabilidade das famílias.

Esse novo contexto deu visibilidade às inúmeras dificuldades como a sobrecarga de trabalho e a ausência de estrutura para o trabalho pedagógico pela falta de equipamentos e acesso à internet, pouca familiaridade com programas, plataformas e preparação de aulas mediadas por tecnologias digitais, nem sempre acompanhados de formação para esse fim.





Além disso, muitas vezes, em alguns sistemas de ensino, os educadores se depararam com o desrespeito a autonomia escolar, sendo obrigados a cumprir metas alheias à realidade dos alunos e a colocar em prática um currículo imposto, tornando-se meros aplicadores e avaliadores de aulas que não planejaram.

Nesse contexto, podemos reafirmar que as políticas públicas de formação permanente dos profissionais de educação, imprescindível para a qualidade das práticas educativas oferecidas à comunidade escolar e seu entorno, devem enfatizar a Pedagogia Libertadora, de modo a garantir que haja a integração dos conteúdos com a realidade vivenciada pelos estudantes, praticada pelo diálogo e colaboração, em estudos interdisciplinares construídos no coletivo, mobilizadores de estudos e pesquisas.

Nesse sentido, a formação em metodologias ativas pode oferecer aos professores estratégias digitais de acesso ao conhecimento, comunicação e registro das pesquisas realizadas, de modo a dinamizar a relação ensino-aprendizagem em tempos ainda de pandemia.

Os professores, considerados como sujeitos que aprendem e ensinam, em um ambiente estimulador, em que possam refletir criticamente sobre sua ação pedagógica, por meio da interação com seus pares, podem planejar e replanejar suas ações, avaliar e construir projetos a partir de temas interdisciplinares relacionados ao Projeto Político Pedagógico.

E a formação permanente deve oferecer aos professores e profissionais da educação em qualquer área de atuação o papel de protagonistas dessa construção, de modo a se contrapor, pelo rigor da ciência, ao obscurantismo e o anticientificismo, presentes em segmentos da população, sendo o espaço educacional o local privilegiado, planejado para essa importante função social, desde que conectado às novas demandas e ao contexto social emergente.

O FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assistimos, desde o início da pandemia, à tomada de decisão de cima para baixo, violando os princípios da gestão democrática estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela LDB 9396/1996 e pelo Plano Nacional de Educação, que exclui os diversos atores envolvidos com o processo educacional. Faltam canais de diálogo sobre a resolução dos problemas atuais e a perspectiva de retorno: condições sanitárias, estruturais, pedagógicas e psicossociais.

Nesse contexto, os Conselhos de Escola e os Grêmios Estudantis se revelam como espaços de participação da comunidade nos encaminhamentos das questões como: a construção coletiva de protocolo de segurança sanitária, a reorganização do calendário escolar, a avaliação dos estudantes, a organização do Ensino Remoto e da alimentação escolar.

O Projeto Político Pedagógico sendo o elemento base de toda a ação educativa da escola se configura como um importante mecanismo da gestão democrática escolar e instrumento de garantia da sua autonomia, resistindo a ingerências impositivas exteriores. A sua elaboração é intransferível, eminentemente coletiva e de responsabilidade de cada unidade escolar para definir as intenções, as diretrizes, as metas e a proposta pedagógica da escola e sua feitura, a partir das características da realidade e expectativas da comunidade na qual se insere para configurar a construção de uma nova realidade, possível ou pretendida, pelos princípios de ética, solidariedade e sustentabilidade.

A PREPARAÇÃO DAS ESCOLAS COMO ESPAÇO SOCIAL , DE CIDADANIA E DE SOLIDARIEDADE

Se a escola já era chamada à responsabilidade para se constituir como espaço social, de cidadania e de solidariedade, em tempos de pandemia acentuaram-se a urgência e a necessidade para que ela assuma esse papel.

Para a maioria das crianças e respectivos familiares, ela é o local mais importante para sua formação cidadã para se sentirem pertencentes a uma sociedade, para se conectarem ao Estado e às políticas públicas. É, nesse espaço, que têm a oportunidade de conviver com diferentes visões de mundo, com múltiplas possibilidades culturais e de conhecimento, de desenvolver o pensamento crítico, de aprender a agir com autonomia e a tomar decisões para o bem comum. Nesse espaço podem também experimentar vivências solidárias, cooperativas, dialógicas e éticas que contribuam para a sua formação de cidadãos ativos que agem para a transformação social, criando realidades mais justas e sustentáveis.

Além de serem importantes espaços de formação, as escolas desempenham outra função crucial e de extrema relevância para evitar a fome infantil no Brasil, pois, por meio da merenda escolar, garantem alimentação a milhares de famílias e podem criar hábitos alimentares mais sustentáveis, estimulando a ingestão de alimentos frescos e saudáveis.

A merenda escolar fomenta a agricultura familiar, pois a Lei nº 11.947/2009 determina que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destine, no mínimo, 30% do valor repassado aos estados e municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) à compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.



A chegada da pandemia interrompeu ações que afetaram radicalmente as classes populares. Em relação à renda familiar, uma pesquisa realizada pela UNICEF mostrou que 40% das famílias brasileiras residem com crianças ou adolescentes com idade entre 0 e 17 anos e 63% dessas famílias tiveram decréscimo de sua renda durante a pandemia, sendo que 33 milhões de brasileiros viram seus alimentos terminarem e 9 milhões deixaram de fazer uma das três refeições por dia (UNICEF, 2020).

Quanto à segurança alimentar, informam que houve um aumento de consumo de alimentos industrializados.

Expandiram-se os desafios. Aprofundou-se a urgência de a escola e a educação cumprirem seu papel social, promovendo a cidadania, a solidariedade, a justiça social, a inclusão e a esperança.

O ímpeto chegou primeiro aos educadores que foram provocados a cuidarem, ao mesmo tempo, da própria vida e da vida de seus alunos e respectivas famílias. Como ficar indiferente à fome, ao abandono, à ausência de informações a que muitas famílias foram submetidas? Reconheceram a importância de estenderem mais as mãos. Foi um alargamento das possibilidades humanas de solidariedade, anteriormente tão restritas e localizadas.





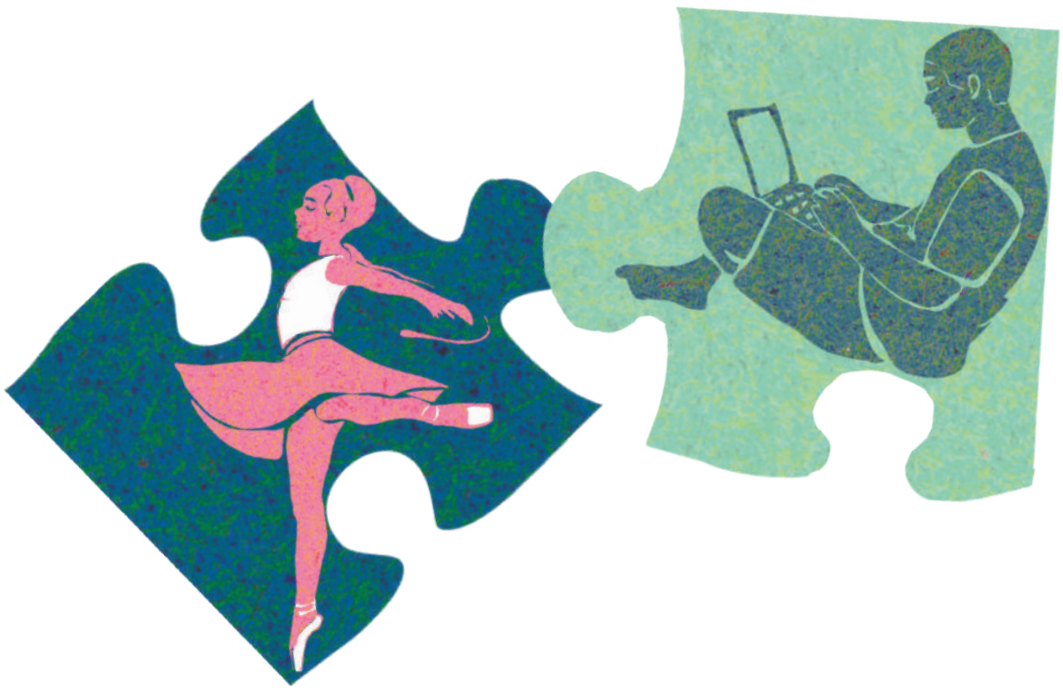
Esse contexto nos mostra que, se, por um lado, teremos de nos ocupar com o redimensionamento do funcionamento e da dinâmica escolar, por outro, também poderemos impulsionar ações necessárias a esse novo momento, pensando a função da escola como lugar de encontro, de disseminação da cultura da paz, de diálogo e de respeito à pluralidade. Para tanto, a escuta e a promoção de valores de colaboração, de cuidado, de coletividade, de solidariedade, de exercício da cidadania ativa e de voluntariado devem se tornar as referências curriculares das unidades escolares. A escola pode ser palco da promoção de ações que incentivem o trabalho coletivo de toda a comunidade escolar.

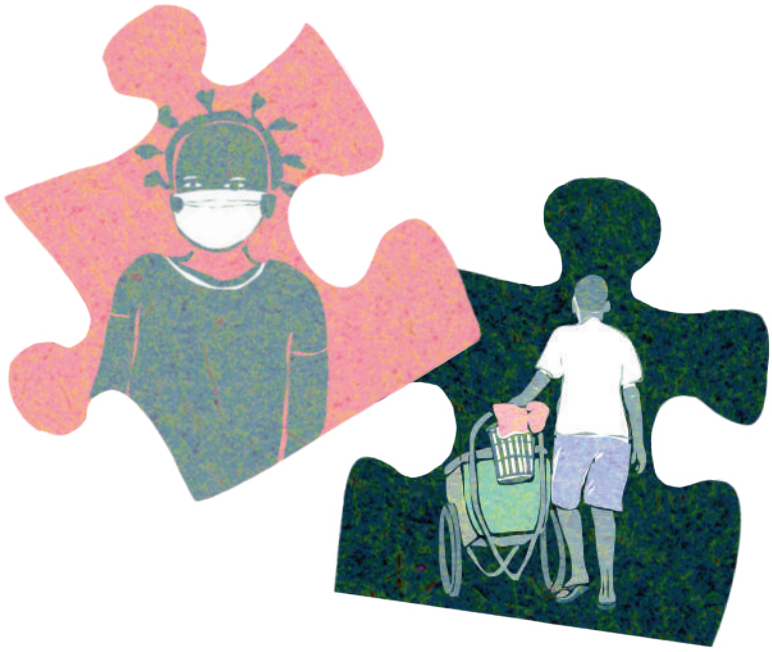
Os educadores que atuam em movimentos sociais, organizações sociais ou partidos, conferem aos educandos prioridade, conscientização e organização popular, recusam a manipulação das bases, afirmam as classes populares como principais sujeitos da própria história, rejeitam todos os valores calcados no individualismo e na absolutização do mercado e reafirmam como valores fundamentais para o ser humano a cooperação e o direito de todos à vida em plenitude, comprometidos com o exercício da cidadania ativa e a construção de uma sociedade democrática, plural e planetária.

O restabelecimento dos vínculos presenciais, a superação das perdas e dores causadas pela pandemia, o fortalecimento dos laços de solidariedade, o aprofundamento da virtualidade e da tecnologia são alguns dos desafios que teremos pela frente. A escola, como lugar comum, como espaço de encontro e conexão, deve se tornar um elemento decisivo para a construção de outros parâmetros para as relações sociais.

Conectar educação e realidade social é indispensável. Em algumas instituições, as contribuições dos parceiros fizeram com que educadores tivessem ajuda para as despesas domésticas e estudantes tivessem a ajuda por meio de cestas básicas, assistência para conseguir o auxílio emergencial, distribuição de máscaras e álcool em gel, troca e venda de produtos. A solidariedade entre os membros de uma comunidade propicia a cidadania ativa em que a lógica do mercado e o lucro deixem de imperar.

Não temos respostas para todos os desafios presentes e muito menos para aqueles que o futuro ainda nos reserva. Como responsabilidade coletiva, temos a preocupação com o mundo que deixaremos para a nova geração, sendo essa a questão central de nossas ações. Refletir nesse sentido obriga-nos a incluir a escola como ponto de partida para muitas transformações que essa nova realidade impõe.









Os tempos de pandemia são tempos de preocupação, angústia e perdas. Os estudantes chegarão às escolas ainda preocupados e, por vezes, traumatizados, necessitando de apoio para superar os traumas e as feridas dessa crise em que vivemos. Ainda mais grave quando se trata das comunidades de grande vulnerabilidade social onde a pandemia deixou suas marcas mais acentuadas.

Os familiares dos estudantes, nesse momento de grandes perdas e incertezas, necessitam do acolhimento e da solidariedade da equipe escolar. Essa deve estar preparada para recebê-los e identificar as questões mais graves que possam demandar orientação ou encaminhamento aos equipamentos de saúde da comunidade.

Por meio de reuniões e orientações individuais os educadores precisam compreender como ocorreu o processo de Ensino Remoto nas famílias, quais foram as condições e possibilidades de acesso às estratégias de ensino oferecidas pela escola e explicar a elas que a falta de aprendizado de um ou outro conteúdo por seus filhos poderá ser compensada durante o decorrer de sua trajetória escolar, a partir do apoio oferecido pela escola.

Uma ação solidária preventiva e ativa deve ser oferecida à comunidade escolar, reunindo apoio especializado e humano para amenizar o sofrimento devastador do período pós pandemia.

AS ESCOLAS COMO ESPAÇOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Vivemos uma era de insegurança, de aprofundamento das desigualdades e de busca urgente, necessária e possível de novos modelos econômicos. É preciso romper com a economia sob a lógica do mercado. É preciso democratizar o debate, a reflexão, a compreensão da economia existente e ser sujeito do processo de humanização da economia de amanhã – a economia sob a lógica do ser humano – contribuindo para torná-la mais justa e mais sustentável. Olhar a economia para além do ponto de vista puramente material. Compreender os processos decisórios sobre recursos públicos, sobre a definição de prioridades. Criar e ou aprofundar o conhecimento de ferramentas de análise do mundo econômico e formar cidadãos competentes para debater e decidir sobre uma economia voltada para o bem comum.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi criada para promover nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, a educação financeira sob a lógica atual do sistema financeiro. A Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC) se contrapõe a essa lógica, com novos paradigmas: "da competição para a colaboração; da exploração para a sustentabilidade; da acumulação para a distribuição; do desequilíbrio nas relações entre pessoas e países para o comércio justo; do consumo desenfreado ao consumo consciente" (Carta da ABEFC, 2019, p. 02).

PRIORIDADE À EDUCAÇÃO VOLTADA À SUSTENTABILIDADE

Embora o Meio Ambiente tenha sido considerado tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais no final dos anos 1990, não houve, em nível nacional, a valorização dos estudos de ecologia na Educação Básica. A análise dos cientistas, cada vez mais, aponta para a interligação entre a depredação do meio ambiente e o surgimento da pandemia e, ainda mais, a continuar o mesmo nível de sua utilização predatória, as pandemias serão constantes.

Os estudantes necessitam compreender que são parte do meio ambiente e que, por isso, têm responsabilidade na sua preservação. Atividades de conhecimento da realidade local, de sua natureza preservada ou já agredida, devem fazer parte dos projetos pedagógicos para que, a partir do levantamento de dados, se possa criar coletivamente ações positivas de preservação.

Educar para a sustentabilidade representa ir além da preservação do meio ambiente pois, tal como a define Leonardo Boff (2012, p. 107), significa manter "as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando à sua continuidade e ainda atender às necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução".

Podemos também compreender a educação para a sustentabilidade, como propõe Brandão (2008, p. 136), opondo-nos "a tudo o que sugere desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente", criando "uma nova maneira igualitária, livre, justa, inclusiva e solidária de as pessoas se unirem para construírem os seus mundos de vida social, ao mesmo tempo em que lidam, manejam ou transformam sustentavelmente os ambientes naturais onde vivem e de que dependem para viver e conviver".



Educar para a sustentabilidade, enfatiza Gadotti (2008), representa educar com sentido, conectando o projeto da escola ao projeto de vida daqueles que dela fazem parte; educando para o bem-viver, para que reconheçamos a nossa interdependência, pois compartilhamos a mesma morada.

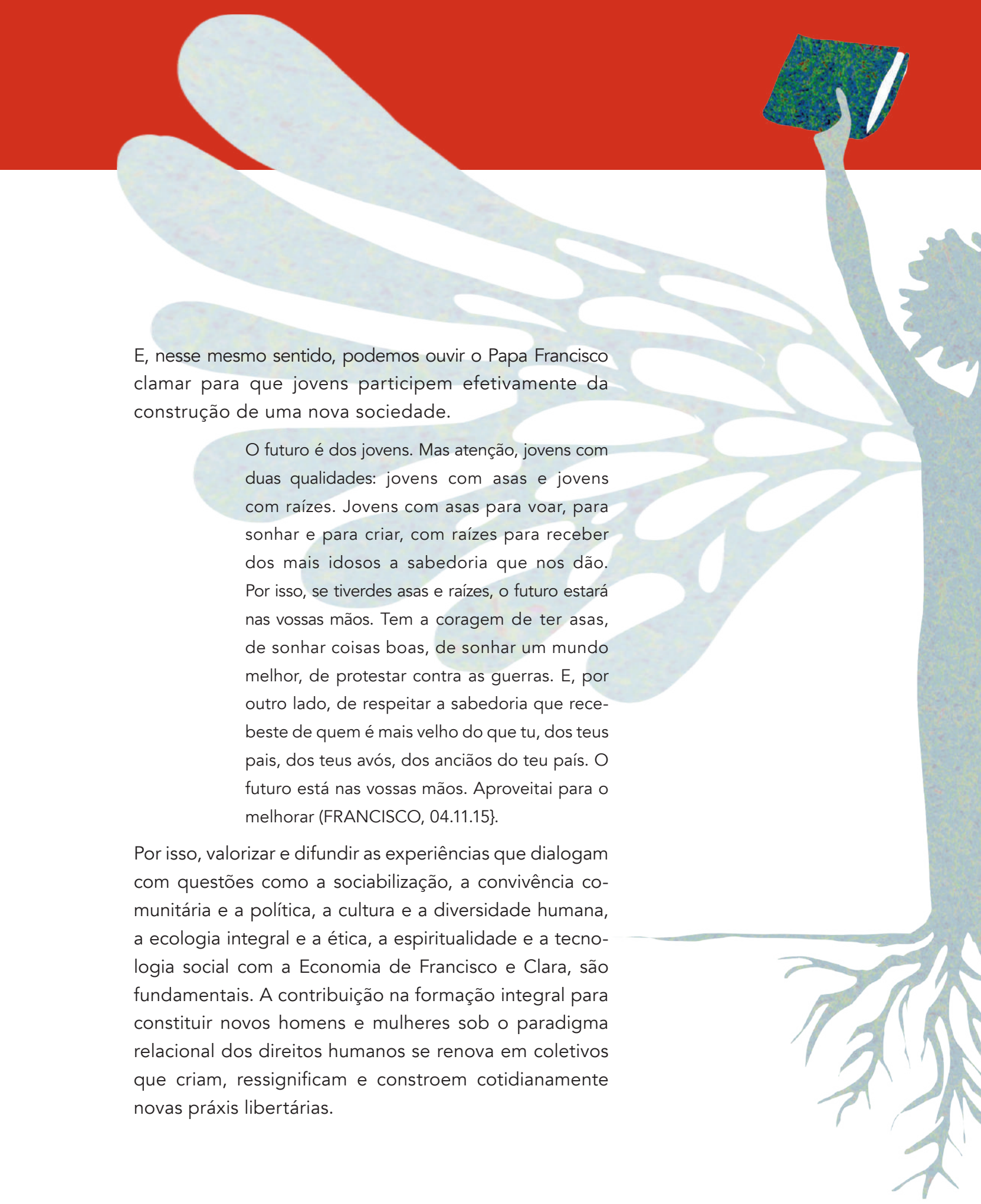
Havemos de revalorizar nossa identidade terrena, pois todos somos Terra, para que desnaturalizemos a desumanização e a degradação ambiental, para que o ser humano se enxergue natureza. "Sou um homem dissolvido na natureza. Estou florescendo em todos os ipês", nos apresenta Andrade (2002, p. 1357) e, somente assim, havemos de promover a educação em direitos humanos, desenvolvendo a cidadania pelo reconhecimento da diversidade e das semelhanças e promovendo a construção da sociedade que queremos, diversa e inclusiva.

Não basta a sensibilidade, não basta a solidariedade! É preciso questionar a fundo as raízes, as causas da pobreza, das desigualdades e das injustiças. É preciso trabalhar pela conscientização e pela organização dos oprimidos tendo em vista a construção de uma sociedade justa, humana, solidária e fraterna. Ou seja, a denúncia e o anúncio. A espiritualidade libertadora é fonte e sustento da caminhada. Por meio dessa mística, nos deixamos tocar simultaneamente pelo clamor dos oprimidos que vem do chão e pelo chamado Divino que, em nosso íntimo, convida a uma ação libertadora no sentido de participar na construção de um mundo novo. A verdadeira espiritualidade integra e torna mais fecundas a sensibilidade, a solidariedade e o profetismo. É o cimento da ação.

É desafiadora a construção de comunidades educativas em que associações de bairro, cooperativas, coletivos culturais e movimentos sociais em conjunto com espaços de educação social possam criar um pacto social com o principal objetivo de recompor espaços democráticos de cidadania e de solidariedade.

Nesse sentido, podemos nos inspirar em Arruda (2009, p. 333), que define Educação como aprendizado permanente de "ir mais além de si próprio", e a Economia Solidária como a construção do bem estar para cada um e para todos como base para o mais-ser, sendo a educação solidária a construção ininterrupta do mais-ser.

A educação, como complementa Arruda (2009, p. 334), "visa a aprendizagem de caminhar "no fio da navalha" na relação comigo próprio, com o Outro, com a Natureza e com a sociedade e a humanidade. A educação visa a aprendizagem da aceitação e do empoderamento do Outro, a partir de assumir o desafio do meu próprio empoderamento para o meu próprio desenvolvimento enquanto pessoa e coletividade".



E, nesse mesmo sentido, podemos ouvir o Papa Francisco clamar para que jovens participem efetivamente da construção de uma nova sociedade.

> O futuro é dos jovens. Mas atenção, jovens com duas qualidades: jovens com asas e jovens com raízes. Jovens com asas para voar, para sonhar e para criar, com raízes para receber dos mais idosos a sabedoria que nos dão. Por isso, se tiverdes asas e raízes, o futuro estará nas vossas mãos. Tem a coragem de ter asas, de sonhar coisas boas, de sonhar um mundo melhor, de protestar contra as guerras. E, por outro lado, de respeitar a sabedoria que recebeste de quem é mais velho do que tu, dos teus pais, dos teus avós, dos anciãos do teu país. O futuro está nas vossas mãos. Aproveitai para o melhorar (FRANCISCO, 04.11.15}.

Por isso, valorizar e difundir as experiências que dialogam com questões como a sociabilização, a convivência comunitária e a política, a cultura e a diversidade humana, a ecologia integral e a ética, a espiritualidade e a tecnologia social com a Economia de Francisco e Clara, são fundamentais. A contribuição na formação integral para constituir novos homens e mulheres sob o paradigma relacional dos direitos humanos se renova em coletivos que criam, ressignificam e constroem cotidianamente novas práxis libertárias.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poema Tempo de Ipê**. Poesia Completa. Volume Único. Ed. Nova Aguilar. 2002.

ARRUDA, Marcos. **Educação para uma economia do amor**. Educação da práxis e economia solidária. Aparecida. São Paulo: Ideias & Letras. 2009.

BEHAR, Patrícia Alejandra. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância**. FRGS. 6 de julho de 2020.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. pag.107.

BOTO, Carlota. ***"Homeschooling"***: a prática de educar em casa. S.P.: Jornal da USP. 16/03/2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos**: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.947/2009. **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 16 de junho de 2009.

_____ Decreto nº 7.397. **A Estratégia Nacional de Educação Financeira** – ENEF, 22 de dezembro de 2010.

_____ Portaria Interministerial nº 147. **Comitê Gestor da Internet no Brasil** (CGI.br), 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003.

FRANCISCO, PAPA. Respostas às perguntas dos representantes das escolas dos Jesuítas na Itália e na Albânia, 07.06.13.

_____ **Conferência-vídeo com estudantes da rede de "Scholas" de cinco continentes**. 04.11.15.

_____ **Discurso à União Católica Italiana de Professores, Dirigentes, Educadores e Formadores**.14.03.15.

_____ **Documento assinado com o Grande Imã de Al-Azhar**, em Abu Dhabi, 4 de fevereiro de 2015.

FRANCO, Letícia do Amaral e VARGAS, Aline Rodrigues. **Tecnologias e pesquisa na EMEF Getúlio Vargas**. XVI Fórum da Rede Municipal de Ensino: educação e pesquisa Secretaria de Educação de Novo Hamburgo – 23 de outubro de 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. UNIFREIRE. 2008.

LOPES, Leandro Alves. **Emancipação social na América Latina**: Pistas para o processo de libertação das condições de opressão. In. Perspectivas Críticas Da América Latina: Pensamento social, político e econômico. Vivian Urquidi et als. (Orgs.). SÃO PAULO: PROLAM-USP, 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/pensamento/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LOPES, Leandro Alves; SOUZA NETO, João Clemente de. Formação do educador social: a experiência do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. **Revista de Ciências da Educação**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL. Programa de Mestrado em Educação – Americana, SP, Ano XX no 42 jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/issue/view/32/4>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LOPES, Leandro Alves. **Uma narrativa sobre a formação dos educadores sociais no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto**: percepções sobre a práxis e o desenvolvimento profissional. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/> Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVA, Adriana da. **Diversidade cultural na escola**: A tarefa por fazer. in Educação, relações raciais e direitos humanos. USP. 2012.

SOUZA NETO, João Clemente de. **A trajetória do menor a cidadão**: filantropia, municipalização, políticas sociais. São Paulo: Arte Impressa, 2011.

SITES CONSULTADOS

https://acervo.folha.com.br/index.do

ONU. ***Education during COVID-19 and beyond***. 2020.

UNESCO. **Relatório Global de Monitoramento da Educação** para 2020. in gemreport@unesco.org.

UNICEF. **Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes**. https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf.

Entidades parceiras

1. Ação dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT BRASIL)
2. Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES)
3. ALANA
4. Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC)
5. Associação Casa da Cidade/Rádio Madalena
6. Associação dos Docentes da PUC Minas (ADPUC MINAS)
7. Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (ADUEMG)
8. Associação dos Docentes da UNESP – Universidade Estadual Paulista (ADUNESP)
9. Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC)
10. Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC)
11. Campanha Nacional pelo Direito à Educação
12. Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP)
13. Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (BOMPAR)
14. Coletivo Flores pela Democracia
15. Coletivo Paulo Freire
16. Comissão Arns de Direitos Humanos
17. Comissão Justiça e Paz de São Paulo
18. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
19. Conselho de Alimentação Escolar de São Paulo (CAE-SP)
20. Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL Brasil)
21. Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola da Cidade de São Paulo (CRECE SP)
22. Conselho Político da Ocupação Cultural JEHOLU
23. Diretório Acadêmico Espício Cunha Lobo do Instituto de Psicologia da PUC-MG
24. Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES-Federação)
25. Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP)
26. Federação dos Trabalhadores na Educação Pública no Estado de São Paulo (FETE/SP)
27. Fórum Municipal de Educação Infantil de São Paulo
28. Fórum Municipal do Movimento de Alfabetização/MOVA SP
29. Frente Evangélica pelo Estado de Direito

30. Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz
31. Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM)
32. Ilê Axé Omó Nanã
33. Instituto Casa Comum (ICC)
34. Instituto Cultiva
35. Instituto Legus
36. Instituto Paulo Freire
37. Instituto Pipa a Voar
38. Instituto Vilson Groh (IVG)
39. Instituto Vladimir Herzog (IVH)
40. Laboratório de Arte, Cultura, Acessibilidade e Saúde da UFRJ
41. Movimento Acadêmico Solidário de Estudantes da PUC MINAS (MAS)
42. Movimento Negro Unificado (MNU)
43. Pastoral do Menor
44. Pastoral Fé e Política, da Regional Sul 1 da CNBB
45. Pastoral Operária (PO)
46. Pedagogia Hip-Hop Brasil
47. Pública Central do Servidor
48. Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE)
49. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)
50. Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino Superior (ATENS)
51. Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE)
52. Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SINDUTE MG)
53. Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (SINESP)
54. Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (SINPRO GOIÁS)
55. Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO MINAS)
56. Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO SP)
57. Rede Fale
58. Rede Igrejas e Mineração

Texto colaborativo elaborado por entidades que assinam o Pacto Educativo Global do Brasil.

Edição de texto • Antonia Maria Nakayama
Maria Alice Penteado Figueira de Mello
Patrícia Dornellas
Rudá Ricci

Revisão de texto • Roseli Gomes

Projeto gráfico e ilustrações • Mariângela Haddad

Editoração • Matiz Planejamento Gráfico

Assistente de produção • Flora Villas